

**ZÂMBIA: INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL E PREVENÇÃO DE CONFLITOS
APRESENTADO POR KALILA CHELLAH-KUNDA, DIRECTORA EXECUTIVA DA
Fundação para o Processo Democrático (FODEP)**

Outubro de 2002

INTRODUÇÃO

Os ensinamentos básicos da democracia são três e encontram-se interligados, sendo eles nomeadamente representação, participação e igualdade na escolha. Estes conceitos aparentemente simples representam um problema, no qual as primeiras ameaças à democracia são inerentes ao mecanismo pelo qual as pessoas exercitam os seus direitos democráticos, relativamente aos seus votos, sendo a ideia base dum voto levar um partido político ao poder, o qual irá formar um governo democrático.

Até agora, as eleições continuam a ser o único meio pacífico, através do qual as pessoas podem exercer o seu direito de fazer uma escolha de representação política.

Este texto tenta sublinhar os esforços e contribuições da Sociedade Civil na Zâmbia, para o fortalecimento da democracia zambiana, no tocante às eleições, a fim de assegurar antecipadamente que conflitos pré e pós eleitorais sejam minimizados, onde for possível. É nossa humilde esperança, que algumas destas iniciativas possam ser usadas como pontos de aprendizagem, não apenas para Angola, mas para o resto da região, onde possam ainda existir conflitos eleitorais.

Reconhecendo o facto de que muitos dos conflitos em África surgem das eleições, o Governo Zambiano, Sociedades Pública e Civil, engajaram-se em consideráveis discussões, relativas à necessidade duma reforma eleitoral na Zâmbia. O governo e o povo identificaram a necessidade de regras para as eleições, que sejam aceites abrangentemente. Isto, de novo, é o reconhecimento do facto de que eleições são uma pedra basilar para a democracia.

As eleições presidenciais, parlamentares e locais na Zâmbia tiveram lugar no dia 27 de Dezembro de 2001. Onze partidos participaram na corrida eleitoral. O processo

eleitoral teve numerosos problemas administrativos. Os partidos da oposição, Sociedade Civil, vários intervenientes e Observadores Internacionais alegaram terem ocorrido sérias irregularidades. Contudo, o candidato presidencial Levy Mwanawasa do MMD foi declarado vencedor por uma margem pequena e foi conduzido ao cargo a 2 de Janeiro de 2002. Três partidos submeteram petições ao Supremo Tribunal contestando os resultados das eleições.

Durante a corrida eleitoral de 2001, estas foram vistas, em geral, como uma oportunidade maravilhosa de restaurar o sonho, cada vez mais pálido duma Zâmbia democrática. Os zambianos quedaram-se com várias e novas observações e lições aprendidas. Estas novas percepções devem ser cuidadosamente analisadas e consolidadas com lições aprendidas e observações feitas anteriormente, quando se pretende reformar o sistema eleitoral e a maneira pela qual as eleições são conduzidas na Zâmbia.

As eleições de 2001 foram as primeiras eleições tripartidas a terem lugar na Zâmbia e foi a primeira vez que onze partidos entraram na corrida eleitoral para o parlamento e a presidência. Isto resultou no surgimento dum parlamento multipartidário, proporcionando uma mudança no domínio de um único partido no Parlamento.

Antes das eleições em 2001, as preocupações que rodeavam todo o processo eleitoral, criaram um ambiente de conflito, que se ia aprofundando e alastrando. O problema real tinha emanado de muitas questões não resolvidas, que se esperava viessem a afectar a maneira pela qual as eleições teriam lugar. Estas incluíam:

- ? A necessidade duma cobertura pelos media justa para todos os partidos políticos durante a campanha,
- ? A necessidade de se ter um Comissário Eleitoral independente,
- ? A necessidade de ter funcionários de aplicação da lei, que aplicassem de forma imparcial as leis Eleitorais e que estivessem protegidos de qualquer intimidação

por parte daqueles que se encontravam no poder; uma área em que a polícia zambiana não procedeu bem, foi na implementação da Lei da Ordem Pública, uma lei que regulamenta a reunião de massas na Zâmbia,

- ? A necessidade de ter um calendário eleitoral apropriado que traçasse a data da eleição, o processo de registo de eleitores, um período para a educação dos eleitores e a campanha eleitoral,
- ? A necessidade de evitar que o Presidente e o Vice-presidente em exercício usassem recursos públicos para dar vantagem a um só partido, o qual representavam,
- ? A necessidade de ter um sistema de transmissão dos resultados transparente a partir das estações de voto para o gabinete nacional de registo.

As consequências de se ter ignorado a resolução destas preocupações foram que, imediatamente após o anúncio dos resultados finais, se registou uma alta tensão no país, numa proporção em que apoiantes de alguns partidos políticos de oposição saíram às ruas em protestos dos resultados das eleições de 2001. Estes protestos não resultaram numa desobediência civil crescente e talvez mesmo em guerra, pelo facto dos zambianos amarem muito a paz.

Consequentemente e juntamente com o facto da Comissão Eleitoral e dos vários partidos políticos terem sido aconselhados a resolver todas as questões pendentes relativas ao processo eleitoral **antes** das eleições, ficou evidente que as exigências da Sociedade Civil eram justificadas. Actualmente foi geralmente aceite e de facto reforçado, que antes de se proceder a eleições, se deve alcançar um consenso sobre várias questões, a fim de prevenir qualquer possível erupção de violência, ou agravamento de desacordos, nas próximas eleições de 2006 e, de facto, em quaisquer eleições a ter lugar. Estes factores podem também ajudar a tornar as eleições genuínas, livres e justas para todos os participantes. As questões por cuja resolução antes das eleições a Sociedade Civil lutou, são as seguintes;

Sistema Eleitoral

Um sistema eleitoral que proponha representação de todos os partidos políticos; a nossa experiência na Zâmbia e no estrangeiro, mostra que um sistema de representação proporcional de escolha de líderes resultará num governo misto, em que todos os partidos políticos, independentemente do seu tamanho, estarão representados no parlamento, tendo uma palavra a dizer na administração diária do país. Em poucas palavras, não haverá apenas um partido no parlamento.

A Comissão Eleitoral

É recomendável que a Comissão Eleitoral tenha a possibilidade de tomar decisões baseadas no seu mandato e não esteja sujeita a manipulação política. Isto serve para assegurar que haja um aumento no nível de confiança de todos os partidos políticos e outros grupos de interesse na gestão das eleições. Permitindo a todos os partidos políticos estarem envolvidos na selecção dos membros da Comissão, pode-se constituir uma Comissão desse género.

O Papel dos Agentes da Aplicação da Lei

A orientação maciça e a educação dos eleitores devem ser conduzidas para os agentes de aplicação da lei, a fim de assegurar que eles estejam completamente orientados para o processo eleitoral completo, apreciem os seus papéis, bem como o conceito da democracia, a fim de também funcionarem dentro do mandato do seu trabalho, e também para que não sucumbam à pressão política e à manipulação, servindo os interesses daqueles que se encontrem no poder.

O Papel dos Partidos Políticos

É importante evitar um conflito de interesses entre os regulados (os partidos e os candidatos) e os reguladores (os corpos de gestão eleitoral); é portanto extremamente importante para os partidos desenvolverem um compromisso e confiança na transparência e justiça das eleições. Onde possível, dever-se-iam realizar workshops de capacitação para melhorar a apreciação dos valores democráticos, incluindo a necessidade de se ser tolerante e aceitar derrotas, bem

como trabalhar para melhorar o sistema actual. É importante que os partidos políticos conheçam todos os aspectos das políticas e processos, que os afectam directa ou indirectamente, e contribuam para o processo de decisão.

Data das Eleições e Papel Credível dos Eleitores

Em países onde a democracia é um conceito relativamente novo, é importante ter uma data de eleições que seja do conhecimento de todos os participantes. Um calendário eleitoral que seja geralmente concebido por todas as partes envolvidas, eliminaria as maiores suspeitas de práticas erradas; isto deve destacar a data de início e fim do Registo de Eleitores, quando se espera que a campanha eleitoral comece e termine, e quem estará envolvido no registo de eleitores. Na Zâmbia entre 1996 e 2000 nós tivemos um problema não resolvido com o número de eleitores elegíveis e, subsequentemente, com o Registo dos Eleitores, cujo conteúdo muitos olharam como altamente suspeito. Quer isto dizer que a transparência e confiança no registo eleitoral é um factor crítico para o processo.

Cobertura pelos Media

Na Zâmbia a necessidade de cobertura política justa tem sido uma das muitas questões que ainda não estão resolvidas.

Compilação e Transmissão dos Resultados

Também será essencial estabelecer um sistema de transmissão de resultados que seja transparente e promova a confiança nos resultados finais consolidados. Esta pode ser uma janela significativa para a descrença aprofundada e desacordo, tal como foi o caso durante as eleições tripartidas de 2001 na Zâmbia. Até agora há um grande segmento da população insatisfeito, que acha que o resultado das eleições foi afectado pela manipulação dos resultados.

Campanha Eleitoral & Código de Conduta

O FODEP aprendeu que a Campanha eleitoral é também um período em que os mal-entendidos podem começar. Normalmente, tal como é o caso da Zâmbia, o

partido no governo tira vantagem dos recursos públicos, os quais são sobretudo financeiros, a polícia, e os media, a fim de tender o campo político a seu favor. É importante que os partidos envolvidos se juntem para elaborar o seu próprio memorando de entendimento (o Código de Conduta), porque qualquer tentativa de impor ou importar um enquadramento regulador de tal importância, pode minar o processo eleitoral ao ponto de alguns partidos políticos poderem não aceitar os resultados.

INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL

Terceiro Mandato

Há um certo número de passos dados pela sociedade civil da Zâmbia, a fim de promover eleições genuínas. Durante o último ano, a Zâmbia atravessou um momento desafiador na nossa história de Democracia Multipartidária. Tornou-se claro que o então Presidente, Sr. Chiluba, pretendia mudar a constituição do seu partido, bem como a Constituição da República, a fim de lhe permitir disputar um outro mandato. A Sociedade Civil juntou-se e formou um grupo de pressão conhecido por “O FORUM OÁSIS”. Este grupo de pressão foi primariamente formado para servir como plataforma, onde muitos grupos de interesses poderiam partilhar ideias, de como exercer pressão sobre o governo do Presidente Chiluba, para fazer cair a sua proposta de um terceiro mandato.

Várias actividades tiveram lugar sob esta iniciativa, incluindo discussões públicas, produção e distribuição de cartazes e de brochuras, organização de massas de igreja, a fim de influenciar as pessoas contra a proposta do terceiro mandato.

Através da mesma iniciativa, o uso duma fita verde foi introduzido ao público, como um protesto pacífico contra as manobras para o terceiro mandato, bem como um meio de identificar o número de pessoas que não estavam a favor duma tal iniciativa.

Adicionalmente, foi resolvido que todas as Sextas-feiras às 17:00 horas, todos os zambianos que fossem contra a ideia de permitir ao Sr. Chiluba um outro mandato, teriam de tocar a sua buzina durante 60 segundos.

Estas iniciativas tiveram consequências positivas e negativas; algumas das negativas incluíram o governo a tomar medidas para evitar a entrada, ou expulsar qualquer pessoa com uma fita verde nos gabinetes do Governo, enquanto várias pessoas por todo o país foram ameaçadas de prisão pela polícia por buzinar, e em alguns casos foram realmente detidas.

Educação Conjunta dos Eleitores

O FODEP, e outros membros da Sociedade Civil, trabalhando com a Comissão Eleitoral da Zâmbia, tomaram medidas para prevenir qualquer possível conflito durante a campanha, através da realização a nível nacional de workshops de capacitação para líderes de partidos políticos, que estariam envolvidos na campanha eleitoral, sobre como evitar os conflitos. Durante a educação dos eleitores a nível nacional, o FODEP explicou às massas a necessidade de abordar as insatisfações e diferenças através do diálogo.

Comités de Gestão de Conflitos

A Comissão Eleitoral, de novo em colaboração com a Sociedade Civil, formou Comitês de Gestão de Conflitos em todas as Províncias e a nível distrital, a fim de providenciar fóruns para os partidos políticos e outros participantes 'desabafarem', numa atmosfera controlada. A maioria dos Partidos políticos tomou parte desta iniciativa, visto que ela fornecia uma plataforma para arejar os seus agravos e, na maioria dos casos, procurar soluções.

Formação de Agentes dos Partidos Políticos

A Sociedade Civil sob a liderança do FODEP conduziu uma Formação para Agentes de Partidos Políticos, antes das Eleições. O objectivo desta acção foi fortalecer a confiança dos partidos no processo eleitoral, que levaria à aceitação dos resultados

das eleições, com agentes de partidos formados colocados em cada mesa de voto, a fim de acompanhar a votação e a contagem no dia da votação.

Estes programas alcançaram resultados significativos, dado que muitos partidos políticos tornaram-se activos na resolução dos seus agravos através do diálogo, ao invés da militância.

Workshops de Prevenção e Resolução de Conflitos

A Comissão Católica para a Justiça e Paz deu um passo imediatamente após as eleições, para a condução a nível nacional de workshops sobre a prevenção e resolução de conflitos. Os grupos alvo eram sobretudo os actores políticos das eleições de 2001, e pela forma como a situação se apresenta, estes esforços foram amplamente compensadores.

Inquérito da Reforma Eleitoral e Conferência

O FODEP tomou a liderança no apoio à agenda de reforma eleitoral e no processo engajou todos os intervenientes da sociedade civil interessados, do governo, de partidos políticos, líderes eleitos, chefes tradicionais e doadores. Nós lançámos um documento de estratégia, que incorpora as contribuições e recomendações destes depositários, e fornece uma estratégia para a continuação desta colaboração através duma série de actividades que continuarão a movimentar a agenda da reforma eleitoral nos próximos 16 meses. Isto segue-se à uma pesquisa pós eleitoral feita em todas as Províncias, que culminou numa Conferência, na qual partilhámos o resultado desta pesquisa e procurámos as contribuições de todos os depositários interessados em avançar.

Forum Consultivo Inter-Partidos Permanente

A Sociedade Civil, trabalhando com vários Partidos Políticos na Zâmbia, estabeleceu um Fórum, no qual os Partidos Políticos podem dialogar e resolver as questões, à medida que elas surjam. Apesar desta ser uma iniciativa de partidos políticos, a Sociedade Civil desempenhou um papel importante no encorajamento da formação desta iniciativa e actua como consultora e pessoas de recurso para esta iniciativa. Esta medida dissolveu a alta tensão existente no país após as mal administradas eleições de 2001.

CONCLUSÃO

Em sociedades democráticas, as eleições são um meio através do qual as pessoas genuinamente e de livre vontade escolhem os seus representantes. E as eleições podem determinar o sucesso ou fracasso da governação democrática do país. Tal como em muitos outros países, as eleições na Zâmbia foram sempre rodeadas por má administração e falha de reconhecimento da necessidade de consenso sobre regras que regem as eleições. Desde que a Zâmbia voltou ao sistema multipartidário em 1991, tem havido intenções deliberadas daqueles que estavam no poder, de impedir certos indivíduos ou grupos de pessoas de concorrer às eleições. Antes das eleições de 1996, o governo de Frederick Chiluba tirou vantagem da sua maioria no poder, para emendar a cláusula presidencial que estava claramente dirigida para o impedimento do anterior Presidente Kenneth Kaunda de entrar na corrida às eleições. Mais tarde, perto do fim do período de regência do Presidente Chiluba, vimo-lo de novo a maquinar, para que ele fosse de novo chamado para mais um mandato. Desde a adopção pela Zâmbia da política multipartidária, o processo de democratização tem sido demasiado lento, o

consenso sobre as regras das eleições na Zâmbia tem sido difícil de alcançar; sobretudo porque todas as questões que requeiram atenção, são vistas como sendo uma vantagem para um grupo específico de pessoas no país. Um exemplo de tal caso, é a participação dos Sobas na política; um outro, é a cláusula presidencial que impede os zambianos da terceira geração de competir para as eleições presidenciais.

Muitas outras questões, que poderiam fazer a democracia florir estão ainda por resolver. A emergência duma sociedade civil resoluta e forte, tem sido uma consolação; boas relações entre ONGs e colaboração com corpos profissionais e a igreja, têm sido o eixo da luz da nossa esperança. Os altos níveis de boa vontade que assentam em vastos conjuntos de cidadãos zambianos em ONGs, são os motores que nos ajudam a representar esses zambianos. Mesmo quando o governo sempre usou várias formas para frustrar esta determinação, nós permanecemos-nos firmes. Até agora o FODEP parece ter convencido todos os depositários da necessidade de elaborar regras eleitorais que sejam baseadas num consenso.

Nós acreditamos que, como Sociedade Civil, trabalhando em colaboração com todos os depositários nos Processos Democráticos, nos nossos vários países, nós podemos construir uma Democracia forte e consolidada como um legado para aqueles que ainda hão-de nascer.

Muito obrigado !